ASSOCIAÇÃO PADRE ALBINO SAÚDE | CNPJ/MF. Nº 23.869.306/0001-84
Rua Belém, 423 | Centro | Catanduva SP
17 3311 3700 | administracao@padrealbinosaude.com.br
www.padrealbinosaude.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Dando cumprimento às disposições estatutárias temos a grata satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis, levantadas em 31 de dezembro de 2020, da **Associação Padre Albino Saúde (APAS)**, contando já com o parecer favorável do Conselho Fiscal da Entidade e o parecer dos Auditores Independentes.

Durante o exercício a Entidade apresentou superávit no valor de R$ 11.952.319,20 (Onze Milhões Novecentos e Cinqüenta e Dois Mil Trezentos e Dezenove Reais e Vinte Centavos). O superávit será incorporado ao Patrimônio Social.A entidade possuía em sua carteira o total de 20.102 beneficiários em dezembro de 2020.

O número total de colaboradores no término do exercício de 2020 era de 84 pessoas.

Durante o exercício de 2020, a Entidade realizou os seguintes investimentos:

Móveis e utensílios	R$ 241.173,88
Equipamentos de Informática	R$ 181.101,54
Máquinas e Equipamentos	R$ 111.859,10
Veículos	R$ 54.600,00
Software	R$ 8.369,00
Bens em poder de terceiros	R$ 405.000,00
Total	**R$ 1.002.103,52**

Para o ano de 2021, a Entidade pretende manter a sua carteira de beneficiários, sempre primando pela melhoria continua no atendimento de seus clientes.

Catanduva (SP), 31 de dezembro de 2020

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 - EM REAIS

	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
Ativo				**Passivo**			
Circulante		**36.795.814**	**23.725.058**	**Circulante**		**13.234.553**	**13.306.487**
Disponível		75.726	79.294	**Provisões técnicas de operações de assistência à saúde**	9	**9.800.661**	**9.165.686**
Realizável		36.720.088	23.645.764	Provisão de prêmio/contraprestação não ganha - PPCNG		2.629.185	2.233.681
Aplicações financeiras		33.718.131	20.590.325	Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS		144.183	108.422
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	5	5.143.597	4.550.617	Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para outros prest. de serviços assistenciais		1.454.856	1.154.273
Aplicações livres	5	28.574.534	16.039.708	Provisão de eventos/ sinistros ocorridos e não avisados - PEONA		5.572.437	5.669.310
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	2.878.790	2.900.495	Débitos de operações assist. à saúde		235.496	492.387
Contraprestações pecuniárias a receber		2.569.850	2.639.172	Débitos de oper. assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora	10	2.324.827	2.220.724
Contraprestações de corresponsabilidade assumida		115.754	75.502	Tributos e encargos sociais a recolher		245.060	296.701
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		193.186	185.821	Débitos diversos	11	628.509	1.130.989
Créditos de oper.de assist. à saúde não relac.com planos de saúde da operadora		26.466	61.888				
Créditos tributários e previdenciários		298	2.526	**Não circulante**		1.425.436	**907.948**
Bens e títulos a receber		88.724	77.627	Provisão para ações judiciais	12	1.425.436	907.948
Despesas antecipadas		7.679	12.903	Débitos diversos	11	-	-
Não circulante		**4.206.956**	**4.879.839**	**Patrimônio líquido**	14	**26.342.781**	**14.390.462**
Realizável a longo prazo		-	3.289	Patrimônio social		14.390.462	13.677.134
Depósitos judiciais e fiscais		-	3.289	Superávits acumulados		11.952.319	713.328
Imobilizado	7	2.351.004	1.550.134				
Imóveis de uso próprio: não hospitalares		692.500	722.500				
Bens móveis: não hospitalares		1.579.037	782.133				
Outras imobilizações		79.467	45.501				
Intangível	8	1.855.952	3.326.416				
Total do ativo		**41.002.770**	**28.604.897**	**Total do passivo e do patrimônio líquido**		**41.002.770**	**28.604.897**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 - EM REAIS

	Nota	2020	2019
Contraprestações efetivas / prêmios ganhos de plano de assistência à saúde		**65.558.081**	**66.724.424**
Receita com operações de assistência à saúde		**65.558.081**	**66.724.424**
Contraprestações líquidas / Prêmios Retidos		65.558.081	66.697.770
Receitas com Administração		-	26.654
Eventos indenizáveis líquidos / sinistros retidos	15	**(38.530.244)**	**(55.829.270)**
Eventos / sinistros conhecidos ou avisados	19	(38.627.117)	(54.757.549)
Variação da provisão para eventos / sinistros ocorridos e não avisados		96.873	(1.071.721)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		**27.027.837**	**10.895.154**
Outros Receitas operacionais de planos de assistência à saúde		95.061	80.669
Receitas de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora		382.887	764.803
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar		370.133	752.419
Outros Receitas/ receitas operacionais		12.754	12.384
Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde		(3.792)	(8.020)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(1.848)	-
Provisão para perdas sobre créditos		(1.944)	(8.020)
Outras despesas oper. de assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora		(279.200)	(469.564)
Resultado bruto		**27.222.793**	**11.263.042**
Despesas com comercialização		(140.418)	-
Despesas administrativas	17	(15.745.915)	(11.469.914)
Resultado financeiro líquido	18	**615.859**	**921.934**
Receitas financeiras		657.840	972.290
Despesas financeiras		(41.981)	(50.356)
Resultado patrimonial		-	**(1.734)**
Despesas patrimoniais		-	(1.734)
Resultado Antes dos Impostos e Participações		**11.952.319**	**713.328**
Resultado Líquido / Sobras Líquidas		**11.952.319**	**713.328**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 - EM REAIS

	2020	2019
Superávit do exercício	**11.952.319**	**713.328**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	**11.952.319**	**713.328**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 - EM REAIS

	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Saldos em 1º janeiro de 2019	**6.061.217**	**7.615.860**	**13.677.077**
Incorporação do superávit ao patrimônio social	7.615.860	(7.615.860)	-
Integralização de patrimônio social	57	-	57
Superávit do exercício	-	713.328	713.328
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**13.677.134**	**713.328**	**14.390.462**
Incorporação do superávit ao patrimônio social	713.328	(713.328)	-
Integralização de patrimônio social	-	-	-
Superávit do exercício	-	11.952.319	11.952.319
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**14.390.462**	**11.952.319**	**26.342.781**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 - EM REAIS

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(+) Recebimento de planos saúde	**69.450.782**	**76.834.754**
(+) Recebimento de juros de aplicações financeiras	555.690	642.824
(+) Resgate de aplicações financeiras	-	24.721.635
(+) Outros recebimentos operacionais	473.312	87.059
(-) Pagamento a fornecedores/prest. de serv.de saúde	(43.724.647)	(63.961.029)
(-) Pagamento de comissão	(135.775)	-
(-) Pagamento de pessoal	(3.372.972)	(3.351.852)
(-) Pagamentos de serviços de terceiros	(5.626.484)	-
(-) Pagamento de tributos	(1.186.390)	(489.025)
(-) Pagamento de contingências (cíveis/trab./tributárias)	(39.874)	(5.502)
(-) Pagamentos de aluguéis	(492.553)	-
(-) Pagamento de promoção/publicidade	(385.114)	(427.808)
(-) Aplicações financeiras	(592.981)	(25.477.352)
(-) Outros pagamentos operacionais	(629.990)	(2.855.130)
Caixa líquido das atividades operacionais	**14.293.004**	**5.718.574**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
(-) Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - outros	(1.096.377)	(1.088.664)
(-) Pagamento relativos ao ativo intangível	(665.369)	(3.431.000)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(1.761.746)**	**(4.519.664)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
(-) Outros recebimentos da atividade de financiamento	-	57
Caixa líquido das atividades de financiamentos	-	57
Aumento (redução) das disponibilidades	**12.531.258**	**1.198.967**
Demonstração da variação do caixa:		
Caixa, bancos e aplicações financeiras livres no fim do exercício	**28.650.260**	**16.119.002**
Caixa, bancos e aplicações financeiras livres no início do exercício	**16.119.002**	**14.920.035**
Aumento (redução) das disponibilidades	**12.531.258**	**1.198.967**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 - EM REAIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Associação Padre Albino Saúde é uma entidade sem fins lucrativos constituída em Assembleia Geral realizada em 29 de outubro de 2015, sediada na cidade de Catanduva SP, com objetivo de operar Planos Privados de Assistência à Saúde, individuais, familiares e coletivos, através da garantia de cobertura de custos de assistência médica, hospitalar, ambulatorial e laboratorial, dos beneficiários dos planos disponibilizados, mediante o credenciamento de terceiros, técnica e legalmente habilitados para o exercício de atividades na área da saúde e, ainda prestação de outros serviços ligados a promoção de saúde consubstanciados em prestação de serviços médicos em medicina preventiva, ambulatoriais e domiciliares.

Em 11 de julho de 2016 foi expedido o ofício nº916/2016/DIRAD(COHAB)/DIOPE/ANS, comunicando que o processo de registro da operadora encontra-se concluído, tendo sido registrada como operadora de planos de assistência à saúde sob o nº 42015-8 e classificada na modalidade Medicina de Grupo

A Associação permaneceu praticamente inativa durante os dois primeiros meses de 2017, passando a operar efetivamente em 1º de março de 2017, quando, após cumprir todas as exigências da ANS, recebeu a carteira da operadora FUNDAÇÃO PADRE ALBINO – Reg. ANS: 41339-9, conforme ofício nº 014/2017/GGREP/DIPRO/ANS.

1.1 . IMPACTOS DA PANDEMIA - COVID-19 NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Associação adotou medidas e ações para combater a disseminação do novo Coronavírus logo que foi declarada a pandemia mundial pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Foram desenvolvidos e implantados planos de contingência para manter a operação assegurando o bem-estar e saúde dos beneficiários e colaboradores. Ações de comunicação e orientação em relação aos hábitos de higiene pessoal, ambiental e dos alimentos, necessários para prevenção e controle do novo Coronavírus, foram realizadas por meio de cartazes, panfletos, mídias sociais, meios de comunicação impressos e e-mails.

Instalação de barreiras nos locais de atendimentos aos beneficiários e mudanças de fluxo de atendimento de pacientes com sintomas respiratórios.

Com os colaboradores foram realizadas ações de trabalho home office, reuniões online, distribuição de máscaras, ações educativas sobre o novo Coronavírus, investimentos em Equipamento de Proteção Individual (EPI), orientações e treinamentos internos de Paramentação e Desparamentação de EPIs. Todas as ações visando a segurança de beneficiários, colaboradores e da comunidade.

A receita bruta da operadora em 2020 foi menor que a orçada em 2,8%. As perdas financeiras das aplicações em fundo ocorridas no primeiro semestre de 2020 houve uma variação negativa de 33,2% do resultado financeiro líquido de 2020 em relação a 2019, porém tivemos uma redução no custo assistencial de 19,5% em relação ao orçado. Para o exercício de 2021, devido às incertezas causadas pela pandemia do novo Corona Vírus (COVID-19), a Administração possui a expectativa de crescimento de até 16,5% de suas receitas, tendo como base o planejamento orçamentário, estratégico e financeiro.

2. AMBIENTE REGULATÓRIO

Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Associação está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis.

3. BASE PARA PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Associação foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas - NBC TG 1000 (R1) e, em especial, a ITG 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros, e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade. As demonstrações financeiras estão também apresentadas segundo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela ANS através da Resolução Normativa nº435 de 23 de novembro de 2018.

A Administração avaliou a capacidade da Associação em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Associação em 19 de fevereiro de 2021.

b. Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda de apresentação e funcional da Associação.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS exige que a Administração da Associação faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 6 -** Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa dos créditos de operações com planos de assistência à saúde;
- **Nota explicativa nº 7 -** Análise da vida útil econômica para fins de determinação da depreciação do ativo imobilizado;
- **Nota explicativa nº 8 -** Análise da vida útil econômica para fins de determinação da amortização do ativo intangível; e
- **Nota explicativa nº 12 -** Reconhecimento e mensuração de provisões de demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

A Associação classifica seus ativos e passivos financeiros como instrumentos financeiros básicos, em conformidade com a política contábil da empresa e por atender as condições da seção 11 do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, portanto, são ativos financeiros básicos: i) caixa e equivalentes de caixa; ii) contraprestações a receber; e iii) outros créditos.

Os passivos financeiros básicos são: i) fornecedores e prestadores de serviços; e ii) outras obrigações.

Os ativos financeiros básicos são mensurados pelo valor justo por meio do resultado e custo amortizado. Os passivos financeiros básicos são mensurados pelo custo amortizado. As aplicações financeiras e outros investimentos são mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

A Associação reconhece os ativos e passivos financeiros básicos inicialmente na data em que foram originados, exceto os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros básicos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

A Associação desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Associação desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos e passivos financeiros básicos são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Associação tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b. Disponível

Representado por numerários em caixa, saldos em bancos conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Associação.

c. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão classificadas como:

Livres: são resgatáveis no prazo até 90 dias com risco insignificantes de mudança de seu valor de mercado, e,

Garantidoras de provisões técnicas: visam lastrear as provisões técnicas, no âmbito do sistema de saúde suplementar em conformidade com a RN 392/2015 e posteriores alterações pela RN 419/2016, as quais possuem cláusulas restritivas de resgate dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

d. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência, das receitas oriundas dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde e dos contratos na modalidade de custo operacional e corresponsabilidade assumida. A Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos. A Administração da Associação, em análise dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

e. Imobilizado

e.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis. O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

e.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Associação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

e.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais foram revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f. Intangível

Ativos intangíveis consistem em aquisição de carteira de plano de assistência à saúde e softwares de computador reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são amortizados ao longo de sua vida útil estimada, utilizando-se o método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de amortização, na vida útil ou no valor residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

g. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros *(impairment)*

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Administração da Associação revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (impairment), em contrapartida do resultado. Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

h. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

São aquelas estabelecidas pela ANS para garantir liquidez financeira e operacional das operadoras de planos de assistência à saúde, a saber:

h.1 Provisão de prêmios ou contraprestações não ganhas - PPCNG

Compreendem as parcelas de contribuições não ganhas, relativo ao período de cobertura do risco, nos contratos em pré-pagamento, constituída e revertida mensalmente, no último dia do mês, com relação ao risco decorrido. A Associação não emite uma única fatura com mais de uma competência, assim, o cálculo *"pro rata temporis"* dar-se-á apenas na primeira emissão de cobrança, após isso o faturamento é por única competência.

h.2 Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS

O ressarcimento ao SUS, criado pelo artigo 32 da Lei nº 9.656/1998, e regulamentado pelas normas da ANS, é a obrigação legal das operadoras de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos.

h.3 Provisão de eventos/ sinistros a liquidar

Provisões para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data-base de apuração. A resolução dispõe também que o registro contábil dos eventos a liquidar deverá ser realizado pelo valor integral cobrado pelo prestador ou apresentado pelo beneficiário, no primeiro momento da identificação da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da preliminar das despesas médicas.

h.4 Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA

Conforme disposto na Resolução Normativa da ANS nº 209, de 29 de dezembro de 2009, a Associação deve constituir mensalmente Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), para fazer frente ao pagamento dos eventos já ocorridos e ainda não apresentados, constituída com base na RN 160 e posteriores alterações.

h.5 Outras Provisões

Quando aplicável, a Associação deve constituir provisões necessárias à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que consubstanciada em Nota Técnica Atuarial de Provisões - NTAP e aprovadas pela Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras ("DIOPE"), sendo de constituição obrigatória a partir da data da efetiva autorização.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Associação tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

j. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Associação e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

k. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Associação questionou a inconstitucionalidade de tributos.

l. Apuração do superávit ou déficit

As receitas e despesas foram apropriados obedecendo ao regime de competência dos exercícios, e considera:

- Receitas com operações de assistência à saúde: geralmente acordada entre a operadora e o comprador ou usuário do serviço de saúde, é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzida de quaisquer descontos e/ ou abatimentos.
- Eventos/ sinistros conhecidos ou avisados: é reconhecida no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas, reconhecidas pelo valor integral cobrado pelo prestador de serviço de saúde credenciado da Operadora.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Modalidade	2020	2019
Aplicações garantidoras de provisões técnicas (i)	5.143.597	4.550.617
Caixa FIRF - ANS	**5.143.597**	**4.550.617**
Aplicações livres	2.989.522	157.657
Banco Bradesco S/A	6.926.970	6.807.272
Caixa Econômica Federal	18.658.042	9.074.779
Itaú Unibanco S/A	**28.574.534**	**16.039.708**
	33.718.131	**20.590.325**

As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, considerando o valor e a época das aplicações, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Associação.

(i) As aplicações garantidoras de provisões técnicas são aplicações financeiras vinculadas em Fundos Dedicados ao Setor de Saúde Suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições cuja movimentação ou desvinculação está sujeita à aprovação prévia da ANS, em conformidade com a RN 392/2015 e posteriores modificações pela RN 419/2016.

6. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Descrição	2020	2019
Contraprestações pecuniárias - preço pré estabelecido	2.589.040	2.660.259
Contraprestações de corresponsabilidade assumida	115.754	75.502
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	194.470	186.327
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC (i)	(20.474)	(21.593)
	2.878.790	**2.900.495**

A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais planos.

7. IMOBILIZADO

a. Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	2020 Líquido	2019 Líquido
Edificações	4%	750.000	(57.500)	692.500	722.500
Máquinas e equipamentos	10%	815.071	(58.275)	756.796	279.514
Equipamentos de informática	10%	535.146	(233.840)	301.306	207.203
Móveis e utensílios	10%	532.778	(103.663)	429.115	230.416
Veículos	20%	143.450	(51.630)	91.820	65.000
Outras imobilizações	-	79.467	-	79.467	45.501
		2.855.912	**(504.908)**	**2.351.004**	**1.550.134**

A Administração da Associação realizou a análise da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado e a definição dos valores residuais finais e concluiu que não divergem de forma significativa das taxas fiscais. Portanto, no exercício de 2020, o cálculo da depreciação já contempla essas análises (valor depreciável), bem como, a análise quanto à recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado.

b. Movimentação do custo histórico

Descrição	1º/1/2019	Aquisição	Baixas	31/12/2019	Aquisição	Baixas	Transferência	31/12/2020
Edificações	-	750.000	-	750.000	-	-	-	750.000
Máquinas e equipamentos	75.687	222.525	-	298.212	522.600	-	(5.741)	815.071
Equipamentos de informática	325.186	29.901	(1.042)	354.045	179.352	-	1.749	535.146
Móveis e utensílios	261.595	31.626	(1.617)	291.604	237.182	-	3.992	532.778
Veículos	53.000	35.850	-	88.850	54.600	-	-	143.450
Outras imobilizações	-	53.759	(8.258)	45.501	102.643	(68.677)	-	79.467
	715.468	**1.123.661**	**(10.917)**	**1.828.212**	**1.096.377**	**(68.677)**	**-**	**2.855.912**

c. Movimentação da depreciação acumulada

Descrição	1º/1/2019	Adição	Baixas	31/12/2019	Adição	31/12/2020
Edificações	-	(27.500)	-	(27.500)	(30.000)	(57.500)
Máquinas e equipamentos	(10.863)	(7.835)	-	(18.698)	(39.577)	(58.275)
Equipamentos de informática	(80.113)	(67.250)	521	(146.842)	(86.998)	(233.840)
Móveis e utensílios	(34.151)	(27.441)	404	(61.188)	(42.475)	(103.663)
Veículos	(13.250)	(10.600)	-	(23.850)	(27.780)	(51.630)
	(138.377)	**(140.626)**	**925**	**(278.078)**	**(226.830)**	**(504.908)**

8. INTANGÍVEL

a. Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	2020 Líquido	2019 Líquido
Aquisição de carteira de plano de assistência à saúde (i)	20%	7.390.000	(5.542.500)	1.847.500	3.325.500
Software	20%	9.743	(1.291)	8.452	916
		7.399.743	**(5.543.791)**	**1.855.952**	**3.326.416**

(i) Em 29 de setembro de 2016, a Agência Nacional de Saúde (ANS) autorizou a aquisição da carteira da Fundação Padre Albino, sediada em Catanduva SP. A carteira foi avaliada por empresa especializada, a qual emitiu o certificado de avaliação econômica da carteira da Operadora Padre Albino Saúde em 15 de julho de 2015.

A Administração da Associação realizou a análise da vida útil remanescente dos bens do ativo intangível e concluiu que não divergem de forma significativa das taxas fiscais. Portanto, no exercício de 2020, o cálculo da amortização já contempla essas análises, bem como, a análise quanto à recuperabilidade dos bens do ativo intangível.

b. Movimentação do custo histórico

Descrição	1º/1/2019	Aquisição	31/12/2020
Aquisição de carteira de plano de assistência à saúde	7.390.000	-	7.390.000
Software	1.374	8.369	9.743
	7.391.374	**8.369**	**7.399.743**

c. Movimentação da amortização acumulada

Descrição	1º/1/2019	Adição	31/12/2019	Adição	31/12/2020
Aquisição de carteira de plano de assistência à saúde	(2.586.500)	(1.478.000)	(4.064.500)	(1.478.000)	(5.542.500)
Software	(183)	(275)	(458)	(833)	(1.291)
	(2.586.683)	**(1.478.275)**	**(4.064.958)**	**(1.478.833)**	**(5.543.791)**

9. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Descrição	2020	2019
Provisão de prêmio/contraprestação não ganha – PPCNG (i)	2.629.185	2.233.681
Provisão para eventos a liquidar para o SUS (ii)	144.183	108.422
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar (iii)	1.454.856	1.154.273
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA (iv)	5.572.437	5.669.310
	9.800.661	**9.165.686**

As provisões técnicas foram constituídas em conformidade com a RN nº 209/09 da ANS, e posteriores alterações, que dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos e constituição de Provisões Técnicas a ser observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde. Essas provisões devem ser garantidas por ativos que correspondem às aplicações financeiras lastreadas nos segmentos de renda detalhados na nota explicativa nº 5. Em 31 de dezembro de 2020 a Associação possui como ativos garantidores o saldo de R$ 5.143.597, compostos por aplicações financeiras vinculadas a ANS e se apresentam insuficientes para cobrir as provisões técnicas necessárias às garantias financeiras que somam o montante de R$ 5.720.313.

A Associação possui insuficiência de ativos garantidores no montante de R$ 576.716 em decorrência específica das despesas de assistência à saúde dos beneficiários vinculados ao contrato com IPMC - Instituto de Previdência dos Municipiários de Catanduva (Prefeitura Municipal de Catanduva) que representava uma massa de aproximadamente 7.000 beneficiários. O contrato foi negociado em outubro de 2018 e cancelado no mês de aniversário em consequência da elevada sinistralidade, apresentando um aumento expressivo do custo assistencial com reflexo nos saldos das provisões técnicas, sobretudo, na PEONA. Apesar do cancelamento ter ocorrido antes do término do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a sinistralidade dessa carteira ainda compõe a base de cálculo da PEONA.

A Administração estima que até fevereiro de 2022 a insuficiência de ativos garantidores já estará superada e a sinistralidade equilibrada pois os efeitos negativos desse contrato já estarão totalmente absorvidos. Existem aplicações financeiras livres plenamente suficientes para garantir a cobertura do saldo que se apresenta temporariamente descoberto.

(i) A provisão para prêmio/ contraprestações não ganhas - PPCNG é constituída conforme previsto na resolução normativa RN ANS 314/12 que corresponde à parcela das contraprestações referente ao período de cobertura do risco não decorrido, e aplica-se somente aos contratos de preço pré-estabelecidos, vigentes na data-base de sua constituição. Os valores registrados na PPCNG não precisam ser lastreados por ativos garantidores.

(ii) Provisão de eventos a liquidar para o SUS: a Associação está em demanda administrativa e judicial contra as cobranças do ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido pelo artigo 32 da Lei 9656/1998, advinda de atendimento médico, hospitalar e ambulatorial pela rede pública de saúde, de beneficiários do seu próprio plano de saúde. Diante das diversas controvérsias que recaem sobre essas cobranças, na opinião da Administração e também de seus assessores jurídicos, as estimativas provisionadas conservadoramente são suficientes para eventuais perdas com essas demandas.

(iii) A provisão de eventos/ sinistros a liquidar de operações de assistência à saúde representa valores relativos à prestação de serviços médicos cooperados e credenciados efetuados para a Associação em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, reconhecidos pelo regime de competência e apresentados no grupo de provisões técnicas, conforme determinação da ANS.

(iv) A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) registrada no Passivo Circulante, foi constituída a partir de janeiro de 2008 com base na Resolução Normativa - RN nº 160/2007 e alterações posteriores da ANS. É destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela Associação por falta de avisos.

10. DÉBITOS COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

Descrição	2020	2019
Prestadores de serviços de oper. assist. à saúde não relacion. com planos de saúde da operadora	2.324.827	2.220.724
	2.324.827	**2.220.724**

O saldo está substancialmente composto por prestações de serviços de operações não relacionadas com o plano de saúde.

11. DÉBITOS DIVERSOS

Descrição	2020 Circulante	2019 Circulante
Obrigações com pessoal	486.447	417.777
Fornecedores	66.234	706.317
Outros débitos a pagar	75.828	6.895
	628.509	**1.130.989**

12. PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

Descrição	2020
Tributária (i)	1.395.436
Cível	30.000
	1.425.436

(i) Representado por provisões constituídas conservadoramente sobre as contingências tributárias relacionadas ao ISS sobre os serviços prestados aos beneficiários que residem fora do município de Catanduva.

A Associação, no desenvolvimento normal de suas operações, está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2020 é considerado suficiente pela Administração e assessoria jurídica da Associação para fazer face a eventuais perdas que possam advir no futuro.

De acordo com as legislações vigentes, as operações da Associação estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais diferentes para os diversos impostos e contribuições federais, estaduais e municipais.

13. PASSIVOS CONTINGENTES

A Associação discute vinte e nove ações cíveis no montante de R$ 447.902 e uma ação trabalhista no montante de R$ 30.000. Tais ações, devido à natureza e histórico ainda são plenamente passíveis de acordos de menor valor. Na opinião dos assessores jurídicos o risco de perda destas demandas é possível, mas não provável. Desta forma, a administração optou em não constituir provisão para contingências relativa a esses assuntos.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Patrimônio social
Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes e por doações recebidas de terceiros, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício. O valor do patrimônio social em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 14.390.462 (R$ 13.677.134 em 2019).

b. Superávits acumulados
O superávit acumulado em 2020 de R$ 11.952.319 deve ser destinado ao patrimônio social após a aprovação das demonstrações financeiras em Assembleia Geral Ordinária dos associados.

15. EVENTOS INDENIZÁVEIS, LÍQUIDOS / SINISTROS RETIDOS

Descrição	2020	2019
Eventos/sinistros conhecidos ou avisados		
Consulta médica	(6.745.997)	(9.626.801)
Exames	(15.611.906)	(20.726.163)
Terapias	(2.012.360)	(3.223.690)
Internações	(13.541.872)	(19.975.569)
Outros atendimentos ambulatoriais	(560.332)	(864.777)
Demais despesas médicas hospitalares	-	(2.513)
Sistema Único de Saúde - SUS	(154.650)	(338.036)
	(38.627.117)	**(54.757.549)**
Provisão (reversão) de eventos ocorridos e não avisados	96.873	(1.071.721)
	96.873	**(1.071.721)**
	(38.530.244)	**(55.829.270)**

16. COBERTURA ASSISTENCIAL COM PREÇO PRÉ ESTABELECIDO - CARTEIRA DE PLANOS INDIVIDUAIS/FAMILIARES APÓS LEI 9.656/1998

Descrição	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros atendimentos	Total
Rede própria	(42.258)	(618)	(323)	(1.533)	(10.446)	(55.178)
Rede contratada	(653.114)	(1.070.746)	(82.171)	(948.673)	(83.648)	(2.838.352)
Reembolso	-	(644)	(121)	-	(123)	(888)
Intercâmbio eventual	-	-	-	-	-	-
	(695.372)	**(1.072.008)**	**(82.615)**	**(950.206)**	**(94.217)**	**(2.894.418)**

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de Eventos Médicos Hospitalares de Assistência Médico-Hospitalar do Documento de Informações Periódicas – DIOPS do 4º trimestre de 2020 está em conformidade com o Ofício Circular DIOPE nº 01, de 1º/11/2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

A Associação registra contabilmente os valores segregados entre ato principal e atos auxiliares.

17. DISPÊNDIOS/ DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	2020	2019
Pessoal	(3.610.047)	(3.178.363)
Serviços de terceiros	(7.700.616)	(4.192.425)
Localização e funcionamento	(2.921.313)	(2.724.965)
Publicidade e propaganda	(395.015)	(416.517)
Tributos	(466.396)	(436.672)
Multas administrativas	-	(15.795)
Diversas	(652.528)	(505.177)
	(15.745.915)	**(11.469.914)**

18. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Descrição	2020	2019
Ingressos financeiros		
Rendimentos de aplicações financeiras	546.682	885.231
Juros por recebidos em atraso	85.271	81.680
Descontos obtidos	25.881	5.378
Rendas diversas	6	1
	657.840	**972.290**
Dispêndios financeiros		
Descontos concedidos	(36.022)	(40.016)
Taxas administrativas	(5.525)	(6.845)
Juros por pagamento em atraso	(434)	(3.495)
Multas diversas	-	-
	(41.981)	**(50.356)**
	615.859	**921.934**

19. ADMINISTRAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

A Associação não distribui lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio social, sob nenhuma forma ou pretexto, nem mesmo em razão de desligamento, retirada ou falecimento de seus membros, e todos os excedentes financeiros são revertidos para o cumprimento de suas finalidades sociais. A Administração da Associação está a cargo de uma diretoria eleita pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração e Conselho Fiscal são compostos por membros eleitos pela Assembleia Geral, que empossa os membros com um mandato de quatro anos. O mandado dos membros da Diretoria Executiva é de quatro anos.

Os membros dos Conselhos acima referidos não percebem direta ou indiretamente, salário, gratificações ou remuneração de qualquer espécie pelos serviços prestados a Associação.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

20.1. Análise dos instrumentos financeiros
A Associação participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a esses instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A avaliação de tais ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feita por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e outros referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

A Associação não possuía contratos com operações financeiras relacionados a instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2020 e 2019.

20.2. Gerenciamento de riscos financeiros
A gestão de risco é realizada pela gerência financeira, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A gerência financeira identifica, avalia e protege a Associação contra eventuais riscos financeiros. A gerência financeira estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

A Associação possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: a) risco de mercado; b) risco de crédito; e c) risco de liquidez.

a. Risco de mercado
Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado — tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações — afetarem os ganhos da Associação ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Associação não utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

a.1 Risco de taxas de juros
A Associação não possui alto o risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros para seus financiamentos. A Associação não trabalha com instrumentos derivativos e todas as contas estão atreladas a taxas básicas da economia brasileira, principalmente Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

a.2 Risco cambial e preços de ações
A Associação não está exposta a riscos cambiais e preços de ações.

b Riscos de crédito
O risco de crédito decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde e operações compromissadas. O departamento financeiro avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. O faturamento de assistência à saúde é liquidado, substancialmente, por meio de boleto bancário.

b.1 Exposição a riscos de crédito
O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

Descrição	Nota	2020	2019
Disponível		75.726	79.294
Aplicações financeiras	5	33.718.131	20.590.325
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	2.878.790	2.900.495
Créditos de oper. de assist. à saúde não relac.com planos de saúde da operadora		26.466	61.888
Bens e títulos a receber		88.724	77.627
		36.787.837	**23.709.629**

b.2 Contas a receber e outros recebíveis
A política de gerenciamento do risco de crédito sobre o contas a receber está em linha com a Instrução Normativa 46/11 emitida pela ANS, que estabelece que deva ser constituída provisão para perda decorrente da existência de inadimplência. As operadoras de Planos de Assistência à Saúde devem constituir a Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC de acordo com os seguintes critérios:

(i) Nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.

(ii) Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.

(iii) Para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde da própria operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato provisionada.

c. Risco de liquidez
Risco de liquidez é o risco de a Associação encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Associação na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Associação.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Associação para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, bem como exigências de garantias determinadas pelo órgão que regula as operadoras de saúde, a ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar.

A Associação investe o excesso de caixa gerado em depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes e não possui garantias.

20.3 Gestão de capital
Os objetivos da Associação ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Associação para oferecer retorno aos cooperados e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Em 31 de dezembro de 2020, a Associação possui, aproximadamente, 82,42% (72,26% em 2019) do seu ativo total registrado como disponível e aplicações financeiras.

20.4 Recursos próprios mínimos

a. Patrimônio mínimo ajustado (PMA)
A RN nº 209/09 da ANS dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos e constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde.

O PMA é determinado através RN nº 209/09 da ANS e representa o valor mínimo do patrimônio líquido da operadora de saúde, ajustado por efeitos econômicos, calculado a partir da multiplicação do fator "K", emitido pela ANS, pelo capital-base de R$ 8.977.014, o qual será ajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE).

O fator "K" vigente em dezembro de 20 corresponde a 18,06%, de modo que o Patrimônio Mínimo Ajustado é de R$ 1.621,249 (R$ 1.587.436 em 2019) e, consequentemente, o patrimônio líquido da Associação atende a esse mínimo estabelecido e o Patrimônio Líquido Ajustado por efeitos econômicos das adições e deduções consideradas pela Administração em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 24.486.829 (R$ 11.064.046 em 2019).

b. Margem de solvência
A margem de solvência determina o nível econômico que o patrimônio líquido das Operadoras de Planos de Saúde deverá atingir. Este critério deve ser observado mensalmente. Corresponde à suficiência do patrimônio líquido ajustado para cobrir o maior montante entre os seguintes valores:

(i) 0,20 (zero vírgula vinte) vezes a soma dos últimos 12 (doze) meses: de 100% (cem por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço preestabelecido, e de 50% (cinquenta por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço pós-estabelecido;

(ii) 0,33 (zero vírgula trinta e três) vezes a média anual dos últimos trinta e seis meses da soma de: 100% (cem por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pré-estabelecido e de 50% (cinquenta por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pós-estabelecido.

Abaixo o cálculo da Margem de Solvência da Associação conforme determina a normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) em 31 de dezembro:

Contraprestações líquidas (soma dos últimos 12 meses)	2020	2019
Preço pré-estabelecido (100%)	65.558.082	66.697.770
(x) 0,20	**13.111.616**	**13.339.554**
Eventos indenizáveis líquidos (média mensal dos últimos 36 meses)		
Preço pré-estabelecido (33%)	43.562.736	41.076.606
	43.562.736	**41.076.606**
Média anual dos últimos 36 meses	**14.375.703**	**13.555.280**
Margem de solvência	**14.375.703**	**13.555.280**
% da proporcionalidade exigida até 31 de dezembro (*)	**85,28%**	**77,90%**
Margem de solvência exigida	**12.259.599**	**10.559.563**

Conforme demonstrado acima, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o patrimônio líquido ajustado por efeitos econômicos é suficiente para atender a Margem de Solvência.

(*) Até dez/2012, poderiam observar parcela mínima da margem de solvência de 35%; entre janeiro de 2013 e novembro de 2014, deveriam aumentar mensalmente a parcela em 0,25%; em dezembro de 2014, esta deveria ser de 41% do valor calculado nos termos do art. 6º da RN 209/2009. Entre janeiro de 2015 e novembro de 2022, a parcela deveria ser aumentada mensalmente em 0,615% e, a partir de dez/2022, deveria ser calculada nos termos do art. 6º da RN 209/2009.

21. RECONCILIAÇÃO ENTRE OS MÉTODOS DIRETO E INDIRETO DOS FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	2020	*2019*
Superávit do exercício	***11.952.319***	***713.328***
Ajustes:		
Depreciação e amortização	1.705.663	1.618.901
Resultado na alienação de bens	68.677	9.992
Provisão para perdas sobre créditos	(1.119)	8.020
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	334.392	2.815.784
Provisões para ações judiciais	517.488	907.948
	2.625.101	**5.360.645**
(Aumento) nos ativos		
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	(592.980)	(205.701)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	22.824	(512.537)
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	35.422	836.650
Créditos tributários e previdenciários	2.228	(2.511)
Bens e títulos a receber	(11.097)	(35.350)
Despesas antecipadas	5.224	(11.870)
Depósitos judiciais	3.289	-
	(535.090)	**68.681**
Aumento (diminuição) de passivo		
Eventos/ sinistros a liquidar	300.583	(230.720)
Débitos de operações de assistência à saúde	(256.891)	352.945
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	104.103	(61.150)
Tributos e encargos sociais a recolher	(51.641)	(466.546)
Débitos diversos	154.520	(18.609)
	250.674	**(424.080)**
Caixa gerado nas operações	**14.293.004**	**5.718.574**
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais - método indireto	**14.293.004**	**5.718.574**
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais - método direto	**14.293.004**	**5.718.574**

Vânia Regina Catoia Garcia
Diretora Admin./Financeira
Administrativa
CPF. 212.965.198-48

Rosa Vicente Hernandez
Diretora Executiva
Administrativa
CPF. 018.619.038-71

Héliton Wagner Benetelli
Contador
CRC 1SP199582/O-3
CPF. 170.643.438-35

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, membros do Conselho Fiscal da Associação Padre Albino Saúde, tendo examinado o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado, as Mutações do Patrimônio Social e o Fluxo de Caixa, encerrados em 31 de dezembro de 2.020, declaramos que tudo se encontra em perfeita ordem, refletindo fielmente com os livros e documentos contábeis constantes dos diversos arquivos, somos favoráveis a sua aprovação pela Assembléia Geral.

Valdi Fornazieri
Conselho Fiscal
CPF. 138.124.248-00

Renato Centurion Stuchi
Conselho Fiscal
CPF. 737.098.408-72

Laer Sérgio Dervelan
Conselho Fiscal
CPF. 190.606.888-72

MOORE

Aos Diretores e Administradores da
Associação Padre Albino Saúde
Catanduva-SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Padre Albino Saúde ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Padre Albino Saúde em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 19 de fevereiro de 2021.

MOORE STEPHENS PRISMA AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP017256/O-3

RICARDO AURÉLIO RISSI
CRC 1SP137183/O-8